

REESTATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS NO JUDICIÁRIO

A presente tese, tem como objetivo o direcionamento para reestatização dos serviços terceirizados no Poder Judiciário da União, através de iniciativa do SINTRAJUD, fomentando discussões a respeito do tema tão relevante, visando a inclusão dos estamentos mais baixos da nossa sociedade. Está posto um “embranquecimento”, do PJU, em todos os cargos, tal fenômeno está diretamente ligado ao Racismo Estrutural, que naturaliza a relação escravocrata arraigada no seio da sociedade brasileira.

Os mais desfavorecidos são pela ordem, pretos, indígenas, pardos, e pobres, sabe-se que as escolas públicas, se distanciaram há muito tempo da referência em termos de ensino e grade curricular necessária a preparar “bons trabalhadores” para o mercado de trabalho. Consequência, desse abandono por parte do poder executivo estadual e municipal, ao longo dos últimos cinquenta anos, e formar milhares de analfabetos funcionais, inclusive com graduação, sendo incapazes de compreenderem o que leem, distanciarem-se dos livros, desconhecem o elementar que deveria ser, caligrafia cursiva, operações matemáticas fundamentais, vide tabuada, pontos cardeais, os estados da federação e suas capitais, para dizermos o mínimo. De outra ponta, com a privatização do ensino, tem-se uma elite alva, sim, pessoas com fenótipo e genótipo anglo-saxões, que sequer precisam portar documento de identificação pessoal para exercerem seu direito constitucional de ir, vir ou permanecer sem serem acossados pelas forças de segurança, leia-se, polícia militar, e seguranças particulares, por não serem pessoas estigmatizadas pela cor escura e aparência temerária. A situação brevemente elencada dos pretos e pobres de um lado sem formação acadêmica condizente com os avanços tecnológicos, as necessidades das empresas, coloca-os em imensa desvantagem, prática, intelectual, diante das exigências cada vez maiores do mercado de trabalho.

Por outro lado, os não negros, terão, primeiramente sua incolumidade física e psíquica garantida pelo fato de serem vistos como pessoas inofensivas, de “boa aparência”, de “cabelo bom”, de cor de pele branca, jamais sendo intimidados quer seja pelo polícia, ou por agentes particulares de segurança. Ademais, sem sofrerem “bullying”, em relação a sua etnia, aspectos físicos, históricos, sociais entre outros, adquirem maior capacidade de aprendizado, nos bancos escolares, alcançando melhores notas, e ótimos resultados na sua vida estudantil. Tal situação, permite uma pavimentação para os cargos e carreiras no PJU, que exige vasto conhecimento nos concursos públicos, hodiernamente exigindo o ensino médio, antigo segundo grau para serem admitidos em estágio probatório, após devidamente aprovado e sendo chamado para ingresso na vaga. Dessa forma, sendo egresso das periferias, das escolas públicas, e das faculdades privadas, são iníquas as pseudo-igualdade, tão propalada pelos adeptos da meritocracia, que partem de uma falsa premissas de que todos tem a mesma capacidade, oportunidade em evoluírem suas carreiras profissionais, estudantis e sociais. É de se imaginar o que culmina com a ausência dos pretos, indígenas e desvalidos, nos quadros das carreiras do PJU, na falta de formação condigna nas escolas e faculdades privadas, sendo a exceção quando estas pessoas, são aprovadas em concursos públicos do Judiciário Federal, e a exceção da exceção quando tornam-se magistrados!

Diante dessa realidade, com o fenômeno da terceirização que é legar ao particular mediante remuneração para Pessoa Jurídica, através de licitação, funções que eram inerentes ao serviço público. Os serviços de copa, cozinha, vigilância, manutenção, conservação, faxina, através dos cargos de copeira, cozinheira, vigilante patrimonial, artífice, pedreiro, auxiliar de serviços gerais, encanador, pintor, faxineiro, eletricista, tinha suas vagas ocupadas por servidores com baixa formação de ensino, e os provimentos dos cargos através de concurso público contavam com provas práticas. Tais provas, serviam para diferenciar os trabalhadores com maior capacidade técnica, para a função que estavam se candidatando. Importante, que nessa época pré Constituição de 1988, existiam os concursos internos, onde, através de provas e títulos evoluía-se nos cargos de baixa escolaridade para cargos superiores.

Outrossim, o quadro de servidores era mais parelho ao espectro das etnias encontrados na sociedade, isto é, haviam maior número de servidores públicos federais, pretos, indígenas e pobres, permitindo uma melhor remuneração para eles todos, visto que, a Administração Pública, remunerava-os melhor, e com a estabilidade garantida os vencimentos mensais, permitiam a compra de imóveis, preparassem melhor os seus filhos para o mercado de trabalho, contudo, com a precarização através da terceirização das atividades que eram da carreira do PJU, os trabalhadores que prestam serviços terceirizados, não possuem senso de vínculo, “invisibilizado” que são aos olhos dos servidores concursados vivem de alta rotatividade.

O fosso salarial entre os servidores concursados e os trabalhadores terceirizados é no mínimo ultrajante, não pelo fato da remuneração dos funcionários públicos ser das melhores, pelo contrário, mas por serem paupérrimos os valores de remuneração pagos aos “colaboradores”, geralmente limitados a um salário mínimo vigente e vale-transporte. Essa remuneração paga aos terceirizados, refletem a desvalia aplicada na prática, colocando muitas famílias em uma linha próxima à subsistência, impedindo qualquer possibilidade de ascensão social. Vive-se para trabalhar e trabalha-se para sobreviver, gastos com moradia, alimentação, e transporte, nada mais. A consciência social se forma através de sentimentos de empatia, solidariedade, colocando-se no lugar do trabalhador terceirizado, nas suas agruras, nas suas necessidades de sobrevivência, nos transportes públicos ineficiente e lotados, nos casebres alugados, dentro de bairros sem infraestrutura, saneamento básico, ou núcleos habitacionais irregulares, na falta de dinheiro para compra de bujão de gás, de alimentos essenciais, das três alimentações diárias, da ausência da presença estatal, no âmbito estadual e municipal.

Esses brasileiros, esquecidos, perdem seus filhos para a delinquência, as escolas públicas, perdem possíveis mentes brilhantes pelo abandono escolar, e esse ciclo vicioso, reflete nas autarquias públicas, que não possuem mais em seus quadros servidores não brancos.

CONCLUSÃO Diante do cenário dantesco que estamos, o fundamental é que a categoria dos trabalhadores e trabalhadoras do Poder Judiciário Federal se mobilize através do SINTRAJUD, que poderá fazer campanhas, seminários com os mais renomados professores, inclusive com a Prof. Doutora Graça, titular do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que, elucidará os efeito deletérios que recaem sobre os mais baixos estamentos da pirâmide social, leia-se, pretos, indígenas e pobres, “invisibilizado”, trabalhadores terceirizados,

que não tem a chance de serem bem remunerados, desfrutarem da estabilidade prevista para os servidores do PJU.

O diagnóstico do problema das terceirizações, forma muito bem apontados pelo Servidor Público Feliz Lopes, Técnico de planejamento e pesquisa na Diest/Ipea; técnico de planejamento e pesquisa na Divisão de Estudos em Inovação (DVINO) do Ipea, o qual, poderia ser convidado para melhor esclarecer o vasto trabalho de pesquisa no IPEA, ao longo de 30 anos, com gráficos.

Resta pois, a mobilização dos servidores do PJU, no sentido de que se faça um amplo debate e efetiva atuação do SINTRAJUD, para iniciar a luta visando a REESTATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS, permitindo que hajam novas oportunidades para que os excluídos, tenham pelo menos a chance de serem melhor remunerados, e se beneficiem da estabilidade, sendo equiparados em termos de categoria de Servidores Públicos do Poder Judiciário da União.

FLÁVIO CONRADO JÚNIOR - Advogado – Servidor Público aposentado, da Justiça Militar da União.